


Nomes de acidentes físicos dos municípios da região imediata de Bragança/Pará: discutindo a questão da motivação toponímica

Names of physical accidents in cities in immediate region of Bragança/Pará: discussing about of toponymic motivation

Livia Regina Fernandes Souza* 

Aparecida Negri Isquerdo** 

RESUMO: O processo de nomeação é uma atividade inerente ao homem que, ao nomear, consegue não só identificar, mas também diferenciar e categorizar coisas, lugares e/ou seres vivos, além de recuperar aspectos da inter-relação entre léxico, cultura e ambiente. A Toponímia, disciplina da Onomástica, fornece parâmetros teórico-metodológicos para o estudo dos nomes próprios de lugares (origem, evolução, filiação linguística, motivação). Este artigo discute resultados de estudo sobre 51 topônimos que nomeiam rios, igarapés, cachoeiras, montanhas etc. das áreas rurais dos seis municípios que compõem a região imediata de Bragança/Pará – Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua, Viseu, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará (IBGE, 2017). Para tanto, analisa os dados do *corpus* em termos taxonômicos e linguísticos, assim como a representatividade histórica e cultural das denominações. Do ponto de vista teórico, o artigo é orientado por contribuições de Dick (1990; 1992; 1998; 1999; 2004) e Isquerdo (1997; 2008; 2012a; 2012b; 2016). Para a análise linguística dos topônimos foram consultadas as obras de Houaiss (2001), Sampaio (1987) e Cunha (1998; 2010). O *corpus* em estudo foi extraído dos mapas municipais oficiais do IBGE (2020), com escalas que variam de 1:200 a 1: 4.000, e sistematizado, por meio de quadros organizados segundo os tópicos da ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004). A análise parcial dos 51 topônimos catalogados apontou três taxas com maior índice de produtividade – 23,52% de *fitotopônimos* (igarapé Piquiá), 13,72% de *zootopônimos* (rio Urumajó) e 13,72% de *litotopônimos* (rio das Pedras) – todas de natureza física. 49,04% dos topônimos enquadraram-se em outras classificações. Em síntese, o estudo apontou características subjacentes ao processo de nomeação de acidentes físicos¹ que integram os municípios da região selecionada,

* Doutoranda em Estudos de Linguagens – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) / Campo Grande. liviareginafs@gmail.com.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora Sênior. Bolsista Produtividade CNPq 1C. aparecida.isquerdo@gmail.com.

¹ *Acidente físico*: “qualquer feição topográfica que possa ser observada visualmente. O termo engloba feições topográficas naturais e artificiais. Exemplo: morro, rio, estrada, edificação, mas não, por

recuperando aspectos físicos e ambientais da região evidenciados em topônimos como rio *Jenipau-mirim*, *igarapé da Onça*, *igarapé Açu* e lago *Campo de cima*.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Toponímia. Pará. Bragança. Motivação toponímica

ABSTRACT: The naming process is an activity inherent to man who, when naming, is able to not only identify, but also differentiate and categorize things, places and/or living beings, observing aspects of the interrelationship between lexicon, culture and environment. Toponymy, a discipline of Onomastics, provides theoretical-methodological parameters for the study of proper names of places (origin, evolution, linguistic affiliation, motivation). This article discusses study results on 51 toponyms that name rivers, streams, waterfalls, mountains, etc. in the rural areas of the six municipalities that make up the immediate region of Bragança/Pará – Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua, Viseu, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará (IBGE, 2017) – To this end, it analyzes the *corpus* data in taxonomic and linguistics terms, as well as the historical and cultural representation of the denominations. From a theoretical point of view, this article is guided by contributions from Dick (1990; 1992; 1998; 1999; 2004) and Isquerdo (1997; 2008; 2012a; 2012b; 2016). For the linguistic analysis of toponyms, the works of Houaiss (2001), Sampaio (1987) and Cunha (1998; 2010) were consulted. The *corpus* under study was extracted from the official IBGE municipal maps (2020), with scales ranging from 1:200 to 1:4,000, and systematized, through tables organized according to the topics of the lexicographic-toponymic sheet proposed by Dick (2004). The partial analysis of the 51 toponyms cataloged identified three taxes with the highest productivity index – 23.52% of phytotoponyms (*igarapé Piquiá*), 13.72% of zootoponyms (rio *Urumajó*) and 13.72% of lithotoponyms (rio *das Pedras*) – all of a physical nature. 49.04% of toponyms fall into other classifications. In summary, the study pointed out characteristics underlying the process of naming physical accidents that make up the municipalities of the selected region, recovering physical and environmental aspects of the region evidenced in toponyms such as rio *Jenipau-mirim*, *igarapé da Onça*, *igarapé Açu* and lago *Campo de cima*.

KEYWORDS: Lexicon. Toponymy. Pará. Bragança. Toponymic motivation

1 Introdução

A região imediata de Bragança é uma das cinco áreas que compõem a região intermediária de Castanhal/Pará, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Com quase quatro séculos de história, é uma das mais antigas do estado do Pará, sendo reconhecida por sua grande representatividade econômica e cultural (IBGE, 2017). Este artigo tem como objetivo mais amplo analisar 51 topônimos

exemplo, uma fronteira política não demarcada” (Kadmon, s/d, p. 6), o mesmo que feição topográfica e entidade topográfica conforme a mesma fonte. Neste estudo mantém-se o uso do termo *acidente físico*, tradicionalmente utilizado nas pesquisas toponímicas no Brasil.

que nomeiam acidentes físicos das áreas rurais dos seis municípios que constituem a região imediata de Bragança/Pará: Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua, Viseu, Cachoeira do Piriá e Santa Luzia do Pará (IBGE, 2017)².

Os nomes de lugares são analisados segundo fundamentos dos estudos lexicais de cunho regional e do léxico toponímico, particularmente a teoria proposta por Dick (1990; 1992), que permite identificar tendências motivacionais expressas nas nomeações que, por sua vez, apontam para aspectos históricos, linguísticos e ambientais da região de Bragança, um corotopônimo³ segundo esse modelo teórico por se configurar como um topônimo português transplantado. A área foi selecionada como universo de pesquisa por dois motivos principais: a) a importância histórica, econômica e cultural do município de Bragança para o estado do Pará e, b) a ausência de estudos sobre a toponímia das áreas rurais dos municípios que constituem a região imediata de Bragança.

Estudar o léxico é explorar o conjunto de itens lexicais que integram o repertório lexical de um idioma. O processo de nomeação envolve também aspectos físicos, históricos, sociais e culturais que singularizam a realidade de um povo e de uma região em um dado período do tempo. Entre as disciplinas que se dedicam a investigações sobre o léxico, a Toponímia, uma das disciplinas da Onomástica, tem contribuído para o conhecimento e manutenção de aspectos linguísticos, socioculturais, étnicos e ambientais de uma região, recuperando a motivação implícita no ato da nomeação. Segundo Dick (1990, p. 11), a toponímia pode ser considerada como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. No Brasil, por exemplo, os topônimos são

² Este artigo analisa parte do *corpus* do projeto de tese *Pelos Caminhos da Toponímia Paraense: Uma Abordagem Etnolinguística*, em curso no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campo Grande), sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

³ Cf. estudo sobre a herança lusa na macrotoponímia da região Norte do Brasil, particularmente o Quadro 1 (p. 323) (Isquerdo, 2016).

reflexo da influência de diferentes culturas, com marcas representativas de “heranças” linguístico-culturais portuguesas, indígenas e africanas, sendo a língua indígena um diferencial na configuração da toponímia brasileira, o que faz dos estudos toponímicos um importante instrumento para compreensão histórica da formação dos grupos sociais, como também dos nomes de lugares e de suas configurações.

Tendo em vista o interesse em examinar prováveis motivos que contribuíram para a nomeação dos lugares selecionados, este estudo se desenvolve a partir da catalogação, classificação, descrição e análise dos topônimos oficiais circunscritos à área investigada, pautando-se, fundamentalmente, nas contribuições de Dick (1990; 1992; 1998; 1999; 2004), com destaque para o modelo taxonômico e a teoria sobre o sintagma toponímico, como o demonstrado na sequência do artigo, cuja estrutura se organiza a partir dos seguintes tópicos: breve panorama histórico da região imediata de Bragança/PA; contextualização dos estudos toponímicos; fundamentação teórica – léxico toponímico e motivação toponímica; procedimentos metodológicos; análise dos dados, seguida das considerações finais e das referências.

2 A região imediata de Bragança/Pará: contextualização

Composto por 144 municípios, o estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, possui uma extensão territorial de 1.245.870,704 km² e uma densidade populacional de aproximadamente 6,52 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Com influências indígenas, africanas, europeias e, particularmente, a portuguesa, a cultura no estado do Pará é bastante diversificada e deixou marcas significativas na toponímia e na identidade local. Famoso pela culinária típica, tradições artísticas e festividades populares e religiosas, como a do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém, o Pará é predominantemente coberto pela Floresta Amazônica. Dentre os povos que historicamente habitaram a região, destacam-se os europeus, os africanos e os indígenas de diversas etnias, tais como os Tupinambás, Mundurucus, Kayapós, Tembés, entre outros.

No que se refere à organização territorial, os 144 municípios do Pará estão distribuídos em sete regiões geográficas intermediárias⁴ – Belém, Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém, Altamira e Breves – e 21 regiões geográficas imediatas⁵ – Belém, Cametá, Abaetetuba, Castanhal, Bragança, Capanema, Paragominas, Capitão Poço, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Redenção, São Felix do Xingu, Xinguara, Santarém, Itaituba, Oriximiná, Altamira, Almeirim, Breves e Soure – (IBGE, 2022). Para a pesquisa a que se vincula este texto foi selecionada a região imediata de Bragança que se destaca em termos econômicos, linguísticos e culturais (Fig. 1).

Figura 1 – Localização do município de Bragança no estado do Pará.



Fonte: Abreu (2006, s.p.).

⁴ A região geográfica intermediária “é um recorte regional que corresponde a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Essas regiões organizam o território por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado, a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados, ou grandes universidades” (IBGE, 2017). Disponível em: <<https://atlascolar.ibge.gov.br/brasil/3032-regionalizacao.html>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

⁵ A região geográfica imediata “é um recorte regional que tem na rede urbana o seu principal elemento de referência. É definida a partir de Centros Urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, e de serviços judiciários, entre outros” (IBGE, 2017). Disponível em: <<https://atlascolar.ibge.gov.br/brasil/3032-regionalizacao.html>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Bragança é um dos municípios mais antigos da Amazônia. A região foi ocupada por franceses em meados de 1600, colonizada por portugueses alguns anos mais tarde e oficialmente elevada à categoria de município em 1854. Desde o início de sua ocupação, Bragança desempenhou um papel de destaque no cenário regional, inicialmente no âmbito da navegação costeira e como ponta de trilhos da Estrada de Ferro de Bragança. Atualmente, é considerada uma das cidades mais importantes do Nordeste Paraense (Ribeiro, 2018).

O município de Bragança abriga uma população de aproximadamente 123.000 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 2.124,734 Km² (IBGE, 2022). A cidade sede do município, localizada a 200 km de Belém, possui uma economia que gira basicamente em torno da agricultura, das atividades pesqueiras e do comércio. A venda de farinha de mandioca, reconhecida em todo o estado do Pará como farinha de Bragança, bem como a distribuição de peixes e mariscos para diferentes regiões do Brasil, impulsiona o desenvolvimento econômico do município (Ribeiro, 2018).

Culturalmente, Bragança é destaque no estado do Pará pelas grandes manifestações religiosas. A festividade de São Benedito⁶, copadroeiro da cidade, reúne centenas de pessoas há mais de dois séculos. Trajados de marujos, os devotos saem em procissão pelas ruas de Bragança ao som do retumbão, uma típica dança paraense semelhante ao carimbó (Bersa, 2023).

A região imediata de Bragança é constituída por seis municípios – Augusto Corrêa, Bragança, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Viseu –, 104 vilas, 17 distritos e nove agrovilas, distribuídos em uma área territorial de 12.831,377 km² (IBGE, 2022). Vale destacar que a economia dos demais municípios que integram a região também gira em torno da pesca e da produção e venda de farinha de mandioca.

⁶ A festividade de São Benedito acontece anualmente em Bragança/PA no mês dezembro.

3 Estudos toponímicos: breve contextualização

O topônimo configura-se como “uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo” (Dick, 1990, p. 38). Assim, consubstancia aspectos históricos, características ambientais, crenças e ideologias de uma época que influenciaram o ato da nomeação de um lugar, materializando particularidades físicas e culturais de um determinado espaço. Para Amaral e Seide (2020, p. 32), “o interesse pelos nomes próprios pode ser encontrado em mitos, lendas e textos literários criados há milhares de anos. São várias as passagens bíblicas em que os autores se preocupam em explicar a origem de determinados nomes”. Desde sempre, o homem atribui nome a lugares, seres, sentimentos e objetos como forma de facilitar a identificação e marcar território. Posto isso, a Toponímia, disciplina que fornece parâmetros para o estudo dos nomes próprios de lugares, teve suas origens no século XIX, na França, com os trabalhos de Auguste Longnon, em 1878 (Longnon (1920), e Albert Dauzat ([1926] 1963)⁷. Esses pesquisadores, além dos estudos etimológicos, dedicaram-se à questão da significação da unidade lexical quando elevada à função de topônimo, o que contribuiu para consolidação e expansão dos estudos toponímicos. As pesquisas de Dauzat ([1926], 1963) possibilitaram o reconhecimento do topônimo como fonte de informação que tem função cronológica capaz de especificar, distinguir e confirmar a ordem e a ocorrência de fatos históricos e linguísticos.

Embora a Toponímia como disciplina tenha sido sistematizada no século XX, o estudo do nome próprio é antigo, podendo ser reconhecido ainda no Egito, cerca de cinco ou seis mil anos atrás, mediante as primeiras inscrições em hieróglifos feitas pelos egípcios para a identificação de deuses e faraós (Hajdú, 2002). Com o processo de sistematização da Toponímia, estudiosos de diferentes partes do mundo passaram

⁷ A primeira edição da obra *Les noms de lieux: Origine et évolution – villes et villages, pays, cours d’eau, montagnes, Lieux-dits* de Albert Dauzat data de 1926. Para este estudo foi consultada de 1963.

a discutir a questão da nomeação de lugares, fornecendo diferentes propostas para o estudo dos topônimos.

No século XX, Albert Dauzat, referência clássica para as pesquisas toponímicas, propôs um estudo sistematizado para a toponímia francesa e, para tanto, dividiu os topônimos em dois grandes grupos – topônimos provenientes *da geografia física* e topônimos provenientes *da geografia humana* (Dick, 1999).

No primeiro grupo, estariam os nomes próprios motivados por acidentes orográficos, da hidrografia, da vegetação e da fauna; enquanto o segundo conjunto, conforme o mesmo autor, reuniria nomes motivados por elementos que remetem a lugares de passagem, estabelecimentos sedentários, vilas, cidades, indústrias, santuários, cores, características abstratas, além dos nomes de pessoas que são, com frequência, emprestados à toponímia (Tavares; Isquerto, 2022, p. 3).

No que diz respeito às pesquisas toponímicas em Portugal, a publicação da obra *OPÚSCULOS/ Volume III – Onomatologia*, de autoria do filólogo José Leite de Vasconcelos, em 1931, fornece importantes contribuições para a área à medida que, com base em uma amostra da toponímia portuguesa, classifica os topônimos em três secções: “classificação por língua, modos de formação toponímica e segundo as causas que lhes deram origem (flora, fauna, natureza do solo, história, religião etc.)” (Vasconcelos, 1931, p. 139).

No Brasil, os estudos toponímicos alcançaram novos rumos a partir de 1980 com a defesa da tese de doutorado de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*⁸. Para Dick (1990), a Toponímia (do grego *topos*, “lugar”, + *onoma*, “nome”) é a disciplina da Onomástica que estuda os nomes de lugares (topônimos), de natureza física (rios, igarapé, cachoeiras etc.) e de natureza humana (ruas, cidades, povoados etc.). Dick (1990)

⁸ Título da versão da tese publicada no ano de 1990: *Motivação toponímica e a realidade brasileira*.

postula que, para além dos aspectos linguísticos, os topônimos representam fatores sociais, históricos, econômicos e culturais que influenciaram a nomeação. Segundo a linguista não há topônimo sem motivação, os nomes podem descrever os lugares nomeados ou mesmo representar subjetivamente a percepção e/ou sentimento do denominador sobre determinado acidente (Dick, 1990).

Isquerdo (2012a, p. 17-22) delimita três fases dos estudos toponímicos no Brasil: 1ª) 1901-1979 (pesquisas sobre toponímia indígena); 2ª) (1980-1990) (inaugurada com a defesa da tese de Doutorado por Maria Vicentina do Amaral Dick, em 1980, na Universidade de São Paulo (USP) e seus desmembramentos em termos de pesquisas toponímicas, à medida que a autora construiu uma teoria toponímica com diretrizes metodológicas para investigações sobre a toponímia brasileira, incluindo a produção de atlas toponímicos⁹); 3ª fase (a partir de 1990 época em que as pesquisas toponímicas deixam de ser praticamente circunscritas à USP, pois começam a surgir projetos de atlas toponímicos em universidades de diferentes regiões brasileiras, iniciando pelo ATEPAR (Atlas toponímico do estado do Paraná – 1998), na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nos anos subsequentes, essa iniciativa igualmente desponta em outras universidades com projetos de atlas toponímicos, como o ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul), sediado na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) entre 2002-2006 (primeira etapa); o ATEMIG (Atlas toponímico do estado de Minas Gerais), com sede na UFMG, desde 2005 e o ATITO (Atlas Linguístico de origem indígena do estado do Tocantins), produto da tese de Doutorado de Karylleila Santos Andrade, da UFT (Universidade Federal do Tocantins), publicado em 2008. Isquerdo (2020) propõe uma quarta fase para os estudos toponímicos a partir de 2010, década em que se registra grande expansão das pesquisas toponímicas em universidades de todas as regiões brasileiras com produção

⁹ O ATB – Atlas Toponímico do Brasil e o ATESP (Atlas toponímico do estado de São Paulo) foram projetos desenvolvidos por Dick durante a sua profícua carreira acadêmica.

de dissertações e teses de doutorado vinculadas a programas de pós-graduação, além da implementação de novos projetos de atlas toponímicos, como o ATAQB – Atlas toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira, na UFC – Universidade Federal do Acre; o ATOBAH – Atlas toponímico da Bahia, na Universidade Estadual do Estado da Bahia; o ATEMA – Atlas toponímico do estado do Maranhão, na UEMA – Universidade Estadual do Maranhão/Balsas, dentre outros.

No contexto das pesquisas toponímicas na região Norte do Brasil, o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAQB), em desenvolvimento pela Universidade Federal do Acre desde 2006, tem como objetivo traçar o perfil toponímico do estado do Acre. Essa investigação analisa tanto os nomes de acidentes físicos (serras, rios e igarapés), quanto as denominações de acidentes humanos (municípios, seringais, colocações, bairros e ruas) (Sousa, 2008).

No estado do Pará, os estudos toponímicos ainda são incipientes, apesar de algumas pesquisas já terem sido produzidas em universidades paraenses, com destaque para dois trabalhos coordenados por Carmen Lúcia Reis Rodrigues, pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA), voltados para a toponímia de origem indígena, especialmente o Tupi. O primeiro, intitulado "O vocabulário tupi na hidrografia da microrregião de Castanhal-PA: um estudo toponímico" (2018), analisa a presença de termos tupis nos nomes de acidentes hidrográficos. O segundo, "Estudo Toponímico dos Municípios Paraenses: os topônimos de origem tupi" (2015), examina a toponímia indígena em diversas localidades paraenses.

No catálogo de teses e dissertações da CAPES, foram encontradas três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado que têm a toponímia do Pará como objeto de estudo. A dissertação de Marcos Jaime Araújo, "Toponímia de origem Tupinambá do município de Bragança/Pará: alguns resultados" (2019), analisa 146 topônimos de origem Tupinambá coletados em seis distritos do município de Bragança: Caratateua, Tijoca, Nova Mocajuba, Almoço e Vila do Treme. Por sua vez, a pesquisa de Karla Juliana da Silva Oliveira, intitulada "Estudo toponímico no

município de Ananindeua/Pará" (2020), investigou topônimos relacionados a acidentes físicos e humanos, como ilhas, rios, igarapés e comunidades no município de Ananindeua. A terceira dissertação foi produzida por Rízia Sâmela Martins, "Toponímia curuçaense: nomes de lugares e seus caminhos históricos" (2020), que explora o léxico toponímico do município de Curuçá/PA, buscando entender como aspectos históricos e culturais se refletem nos nomes de lugares analisados. Por fim, a tese de doutorado de Tereza Tayna Coutinho Lopes, "Toponímia Parkatêjê (Timbira): um estudo sobre os nomes próprios de lugar" (2022), com foco nos aspectos morfossintáticos, semânticos e motivacionais dos nomes de lugares na língua Parkatêjê, utilizada pelos grupos Parkatêjê, Kÿikatêjê e Akrãtikatêjê, que vivem na Terra Indígena Mãe Maria, próxima ao município de Marabá-PA.

Para além desses trabalhos, registra-se o estudo de Isquerdo (2016), intitulado "Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica". Nesse estudo, a autora discute os topônimos transplantados de Portugal para nomear municípios de três estados da região Norte — Amapá, Pará e Amazonas —, focalizando, numa perspectiva histórica e linguística, a influência lusa na formação da toponímia local.

4 Léxico toponímico¹⁰: revisitando alguns conceitos

Esta seção tem como objetivo a análise dos pressupostos teóricos que fundamentam o presente estudo, que investiga uma amostra de nomes de lugares da região Norte do Brasil, abrangendo diferentes estratos linguísticos e motivados por diversas causas denominativas.

¹⁰ "... unidades lexicais investidas de função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum alçadas à categoria de topônimo; nomes próprios de lugares, de pessoas, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípua de nomear um lugar, desde espaços geográficos mais amplos (continentes, países, regiões administrativas, estados, cidades, grandes rios, montanhas, vales...), até elementos geográficos de menores proporções (ilhas, córregos, vilas, povoados, bairros, ruas..." (Isquerdo, 2012b, p. 116-117).

Os estudos do léxico compreendem uma ampla área do conhecimento que transcende à simples decodificação ou codificação linguística. Estudar o léxico significa examinar unidades lexicais, grupos ou combinações dessas unidades, que se integram e podem evidenciar variações em diferentes contextos dentro de um mesmo idioma, motivadas por fatores como “as diferenças etárias, as de gerações, às variações diatópicas (espaço geográfico), diastráticas (extratos socioculturais) e diafásicas (modalidades expressivas)” (Souza; Antunes, 2017, p. 2).

Assim, a língua, ao ser tomada como um fato social responsável pela manifestação concreta da linguagem, facilita o processo comunicativo e favorece a construção de novos saberes. “Línguas sem qualquer parentesco partilham de uma só cultura; línguas intimamente cognatas, quando não uma língua única – pertencem a círculos de cultura distintos” (Sapir, 1971, p. 211). Por meio da língua e especialmente do léxico, o ser humano não apenas se expressa e socializa, mas também constrói e articula sua percepção de mundo.

Diferentes áreas têm trazido contribuições para a ampliação dos estudos do léxico, cada uma desvelando e focalizando um aspecto importante do universo lexical. Nesse viés, situa-se a Toponímia, disciplina que estuda os nomes próprios de lugares (topônimos) que, por sua vez, configuram-se também como verdadeiros registros históricos com marcas de importante valor expressivo (Isquardo, 1997). Isso em razão de:

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (Dick, 1990, p. 19).

No âmbito da Onomástica, as disciplinas Toponímia e Antroponímia possuem relação estreita e complementar que se consolida no *onoma*, uma área de intersecção

constituída no momento em que um item lexical de uso comum na língua migra para o universo da Onomástica como topônimo, “transcodificando-se, ou seja, do plano onomasiológico da língua (da designação) se integra ao plano semasiológico (da significação)” (Seabra, 2006, p. 1954).

A escolha de um nome próprio de pessoa para a função de topônimo normalmente resulta de uma relação estabelecida com elementos históricos, geográficos e culturais do lugar nomeado, relação essa que se manifesta de diferentes formas, como nos lugares que recebem nomes em homenagem a líderes históricos, a figuras religiosas e a personalidades locais. O topônimo Augusto Corrêa, por exemplo, nomeia um município em homenagem a um líder político eleito no ano de 1961 para prefeito na cidade de Bragança/Pará por dois mandatos consecutivos. Além disso, o nome de um lugar pode se reportar a aspectos culturais de uma região, atividades econômicas e sociais e eventos históricos que marcaram uma época, como batalhas, descobertas ou fundações de cidades.

Com o tempo, as causas denominativas que influenciaram a nomeação de um lugar podem permanecer transparentes e/ou se tornarem opacas, o que “torna clara outra das características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro fóssil linguístico”¹¹ (Dick, 1990, p. 42). As etapas que perpassam o estudo da motivação toponímica implicam a compreensão de elementos expressivos que constituem o nome próprio. “Tanto na Toponímia como na Antroponímia, melhor dizendo, na Onomástica em geral, ocorrem os interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo, definidores da macrovisão de sua cultura” (Dick, 1998, p. 99).

Nesse sentido, é preciso considerar que as pesquisas toponímicas também podem contribuir para o conhecimento e a perpetuação de aspectos socioculturais,

¹¹ A expressão fóssil linguístico “foi tomada ao geógrafo francês Jean Brunhes, que o considerava um “fóssil da geografia humana” (Dick, 1992, p. 20).

étnicos e ambientais que possam ter influenciado na escolha do nome de um lugar, isso em razão de que:

[...] através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito (Dick, 1992, p. 35).

Segundo a mesma linguista, a nomeação de um lugar pode surgir a partir de elementos de natureza física (rios, córregos, montanhas etc.) e de natureza humana (cidades, municípios, vilas, povoados, aldeias etc.) que, após catalogados e analisados, constituem uma importante fonte de informação científica e patrimonial (Dick, 1992).

Para além do exposto, as investigações no campo da toponímia permitem o reconhecimento de aspectos do universo físico e cultural materializados nos topônimos, perpetuando, dessa forma, características históricas, linguísticas e geográficas do espaço nomeado (Isquendo, 2008). Uma das formas de sistematização da toponímia é a classificação em categorias, a exemplo das contempladas pelo modelo proposto por Dick (1990; 1992).

Em síntese, as contribuições de Dick (1990; 1992) representaram a mola propulsora para a expansão dos estudos onomástico-toponímicos no Brasil. O modelo teórico construído pela linguista e, posteriormente, ampliado para subsidiar o projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, variante regional do ATB (Atlas Toponímico do Brasil) tem orientado do ponto de vista teórico-metodológico as pesquisas toponímicas em território brasileiro, como já assinalado no âmbito deste artigo.

Dado o seu caráter interdisciplinar, a Toponímia relaciona-se com outras áreas do conhecimento como a História, a Geografia, a Antropologia, tendo em vista que os topônimos se configuram como “verdadeiros testemunhos históricos de fatos e

ocorrências registradas nos mais diversos momentos da vida de uma população” (Dick, 1990, p. 22). É importante enfatizar que, por ocorrências diversas (como o tempo), pode haver dificuldade em identificar a intencionalidade do denominador ou mesmo fazer qualquer relação do topônimo com o lugar de nomeação, o que resulta na opacidade toponímica. Nesse viés, o desaparecimento das causas motivadoras reafirma o papel do topônimo como fonte histórica de conhecimento.

Uma das principais contribuições de Dick para a toponímia brasileira adveio de postulados teóricos que resultaram no modelo taxonômico, composto por 27 taxes, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural cuja estrutura é assim explicada pela autora:

As taxionomias toponímicas [...] não são exaustivas em suas ocorrências e, sim, exemplificativas, podendo ser ampliadas em seus categoremias (fitotopônimos, ergotopônimos, somatotopônimos etc), à medida que novas estruturas vocabulares se constituam, respeitando sempre o modelo originário, assim descrito: adoção de um prefixo nuclear (greco-latino) de característica nocional, relativo a um dos dois campos de ordenamento cósmico, o físico e o humano; acréscimo do termo “topônimo” ao elemento prefixal, para dar a justa medida do campo de atuação da unidade onomástica criada (Dick, 1999, p. 142).

O quadro seguinte reúne uma amostra de taxes que figuram com maior frequência no *corpus* em exame, atestadas com exemplos da toponímia paraense.

Quadro 1 – Exemplário de taxes toponímicas propostas por Dick (1992) na toponímia de Bragança/Pará.

Taxes de natureza física		Exemplos
Fitotopônimos	“...índole vegetal” (Dick, 1992, p. 31)	Rio <i>Caeté</i>
Litotopônimos	“... índole mineral” (Dick, 1992, p. 31)	Rio <i>de Areia</i>
Zootopônimos	“...índole animal” (Dick, 1992, p. 32)	Igarapé do <i>Porco</i>
Taxes de natureza antropocultural		Exemplos
Antropotopônimos	“...relativos aos nomes próprios individuais” (Dick, 1992, p. 32)	Ilha <i>Dantas</i>
Ergotopônimos	“...relativos aos elementos da cultura material” (Dick, 1992, p. 33).	Cachoeira <i>Algibeira</i>

Hagiotopônimos	“... relativos aos santos e santas do hagiológico romano [...]” (Dick, 1992, p. 33).	Igarapé São Luiz
----------------	--	------------------

Fonte: organizado pelas autoras com base em Dick (1992, p. 31-34) e nos dados do *corpus* em exame.

A toponimista brasileira, ao tratar da estrutura do sintagma toponímico, o divide em elemento genérico, o nome do acidente nomeado (rio, igarapé, cachoeira etc.), e elemento específico, o topônimo propriamente dito (Dick, 1992). A autora esclarece ainda que a formação do sintagma toponímico pode ocorrer por justaposição (*Rio Branco*) ou aglutinação, como em *Capanema* – “*caá* (mato) + *panema* (inútil, imprestável)” (Carvalho, 1987, p. 235). Morfologicamente, Dick (1992) também considerou a divisão dos topônimos em simples e composto (que podem ter caráter híbrido a depender da formação linguística): I. O topônimo simples é constituído por um só item lexical (ex.: Gurupi). II. O composto possui mais de um componente léxico (ex.: Braço do Urumajó). III. O topônimo híbrido é formado por itens léxicos oriundos de diferentes línguas, como em Campinaçu (latim + tupi).

A proposta de Dick (1992) favorece a análise do topônimo como signo a partir de bases sólidas que permitem o reconhecimento da motivação toponímica e da estrutura linguística dos topônimos.

5 Procedimentos metodológicos

Neste tópico, é discutido o percurso metodológico adotado neste estudo, espaço em que são descritas as diretrizes gerais estabelecidas, bem como os critérios adotados para a sistematização e análise dos dados, definidos em função das hipóteses e objetivos estabelecidos para a pesquisa à qual este estudo se vincula.

Tomando como aporte teórico fundamentos fornecidos pela Toponímia, os topônimos são analisados em termos linguísticos e extralinguísticos – históricos, ambientais e culturais – relacionados aos municípios que integram a região imediata de Bragança/Pará.

A primeira etapa do estudo consistiu no levantamento, leitura e fichamento do referencial teórico fornecido pela Linguística, pela Etnolinguística, pela Antropologia Linguística, pela Lexicologia e pela Onomástica, particularmente pela Toponímia. Nesse sentido, a análise dos dados toponímicos foi, principalmente, orientada pelas contribuições de Dick (1990; 1992; 1998; 1999; 2004). O levantamento dos dados utilizou como fontes os mapas municipais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Para subsidiar a análise linguística e taxonômica dos topônimos, foram consultados dicionários de língua portuguesa (Houaiss, 2001; Aulete, 2014), de língua tupi (Barbosa, 1951; Cunha, 1998; Sampaio, 1987), além de dicionários etimológicos (Cunha, 2010; Nascentes, 1955).

O *corpus*, analisado em termos quantitativa e qualitativa, foi organizado em planilha EXCEL, cuja estrutura se pautou na ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), com adaptações. A planilha contempla a identificação da área geográfica, as taxes toponímicas e as dimensões linguísticas (língua de origem e etimologia). Do ponto de vista quantitativo os dados foram organizados em tabela única que reuniu as informações acerca das taxes toponímicas e a respectiva frequência de cada categoria. Por fim, os topônimos em exame foram analisados segundo os aspectos detalhados na planilha de registro dos dados e os objetivos definidos para o estudo, evidenciando questões linguísticas, históricas e culturais que podem influenciar a nomeação.

6 Análise dos dados

Esta seção é destinada à análise dos 51 topônimos que integram o *corpus* desta pesquisa. Os dados estão organizados em tabela única com os resultados quantitativos relacionados às taxes identificadas na toponímia em estudo que demonstrou os seguintes resultados: 80,39% de taxes de natureza física – *fitotopônimo* (23,52%); *litotopônimo* (13,73%); *zootopônimo* (13,73%); *dimensiotopônimo* (7,84%); *cardinotopônimo* (5,89%); *geomorfotopônimo* (3,92%); *hidrotopônimo* (11,76%) – e 19,61% de taxes de natureza antropocultural – *ergotopônimo* (5,89%); *antropotopônimo* (3,92%);

hagiotopônimo (3,92%); *corotopônimo* (1,96%); *poliotopônimo* (1,96%); *somatotopônimo* (1,96%). Dentre as taxas apuradas, três evidenciaram maior índice de frequência: os *fitotopônimo* (23,52%); os *litotopônimo* (13,73%) e os *zootopônimo* (13,73%), todas de natureza física. No âmbito dos municípios selecionados, Viseu concentra o maior número de topônimos – 21,56% do conjunto das denominações.

Em contrapartida, Augusto Corrêa reúne o menor número de topônimos, com um total de 11,76%. O baixo registro de topônimos nesse município pode ser justificado por uma série de fatores, que vão desde aspectos geográficos e populacionais até questões históricas e culturais, além de dificuldades relacionadas ao processo de catalogação. Trata-se de um município com extensão territorial de 1.099,619 km² e uma densidade demográfica de 40,53 hab./km² (IBGE, 2022). Municípios com áreas menores tendem a reunir um número reduzido de acidentes geográficos, o que impacta diretamente na toponímia local. Além disso, o contexto histórico e cultural de uma região desempenha um papel relevante na composição toponímica, considerando que a história de ocupação de um território pode ter sido tardia ou marcada por uma menor interação com colonizadores ou povos indígenas. É possível que a toponímia de Augusto Corrêa ainda não tenha sido amplamente registrada pelo IBGE, o que justifica o número de nomes registrados.

No âmbito linguístico, os topônimos analisados apresentam a seguinte distribuição: 49,01% têm origem na língua portuguesa, dentre os quais rio *Vermelho*, rio *do Coco*, rio *das Pedras* e rio *Sujo*; 25,50% derivam da língua tupi, representados por nomes como rio *Caeté*, igarapé *Tauari*, igarapé *Piquiá* e rio *Peritoró*; 5,89% provêm de outros idiomas, incluindo o árabe, como em cachoeira *Algibeira*; e 19,60% correspondem a topônimos híbridos. Entre os híbridos, destacam-se as combinações LP + LP + LT, como rio *Braço do Urumajó* e rio *Alto Rio Guamá*, e LP + LT, exemplificadas por rio *do Cipó* e rio *do Caraná*. No que diz respeito à estrutura dos topônimos, 76,47% são de estrutura simples (rio *Grande*; igarapé *Açu*; igarapé *Capoeira*) e 23,52% de

estrutura composta (rio do Meio da Vila dos Neve; rio Jabuti Maior; rio Braço do Urumajó; igarapé Cabeça de Porco).

O registro de topônimos provenientes de outras línguas reforça a importância do processo de povoamento, que envolve não apenas a colonização portuguesa e indígena, mas também a participação de outros grupos étnicos e culturais na formação da identidade local. A tabela a seguir detalha os dados analisados em valores relativos e absolutos.

Tabela 1- Frequência das taxes de natureza física e antropocultural (Dick, 1992) na toponímia de acidentes físicos rurais da região imediata de Bragança/Pará.

Taxes ¹²	Municípios												Total	%
	Bragança		Augusto Corrêa		Cachoeira do Piriá		Santa Luzia do Pará		Tracuateua		Viseu			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
<i>Fitotopônimos</i>	02	25,0 %	01	16,67 %	01	12,5%	03	37,5%	03	30,0%	02	18,33 %	12	23,52 %
<i>Zootopônimos</i>	01	12,5 %			02	25,0%	01	12,5%	02	20,0%	01	9,0%	07	13,73%
<i>Litotopônimos</i>			01	16,67 %	03	37,5%			01	10,0%	02	18,33 %	07	13,73%
<i>Dimensiotopônimos</i>	01	12,5 %	01	16,67 %					01	10,0%	01	9,0 %	04	7,84%
<i>Cardinotopônimos</i>			01	16,67 %			01	12,5%	01	10,0%			03	5,89%
<i>Ergotopônimos</i>			01	16,67 %	01	12,5%	01	12,5%					03	5,89%
<i>Geomorfotopônimos</i>	01	12,5 %							01	10,0%			02	3,92%
<i>Antropotopônimos</i>					01	12,5%					01	9,0 %	02	3,92%
<i>Hagiotopônimos</i>	01	12,5 %									01	9,0 %	02	3,92%
<i>Hidrotopônimos</i>	01	12,5 %	01	16,67 %			01	12,5%	01	10,0%	02	18,33 %	06	11,76%
<i>Corotopônimos</i>											01	9,0 %	01	1,96%

¹² Taxes do modelo de Dick (1992) não identificadas no *corpus* em estudo: astrotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos, animotopônimos, axiotopônimos, cronotopônimos, cromotopônimos, ecotopônimos, etnotopônimos, dirrematotopônimos, hierotopônimos, mitotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos e sociotopônimos.

<i>Poliotopônimos</i>	01	12,5 %											01	1,96%
Somatotopônimos							01	12,5%					01	1,96%
Total	08	100 %	06	100%	08	100%	08	100%	10	100%	11	100%	51	100%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os dados da tabela 1 demonstram que, dentre as taxes que apresentaram maior índice de frequência, os *fitotopônimos* (recorrentes em todos os municípios investigados) nomeiam o maior número de topônimos do *corpus* analisado, com 23,52% de registros. Considerando que o estado do Pará abriga uma rica biodiversidade de flora, é justificável a predominância de *fitotopônimos* que, por sua vez, atestam a presença e a valorização das plantas como organismos úteis para o dia a dia do nomeador e da população local. São exemplos de *fitotopônimos* na toponímia analisada, dentre outros: rio *Caeté*; cachoeira *Tauari*; igarapé *Capoeira*; ilha *da Madeira*; ilha *do Cipó*; lago *do Caraná*; igarapé *Aningal*. A presença dessas denominações aponta ainda para a influência da língua Tupi no léxico do português paraense. Em se tratando de áreas rurais, é previsível que os nomes de lugares se relacionem a elementos físicos-naturais característicos do ambiente.

Numa região como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local sob o ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflete nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de plantas, árvores, para individuar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente topográfico qualquer (Sampaio, 1987, p. 144).

Frutos como o piquiá e o jenipapo, por exemplo, figuram na toponímia da região imediata de Bragança, o que remete não só ao hábito de cultivo de plantas frutíferas como também para a importância desses alimentos para a subsistência local. Além dos *fitotopônimos*, os *zootopônimos* e os *litotopônimos* também se destacaram no

conjunto de dados em exame. Os *zootopônimos*, em particular, evidenciam a relação direta com a fauna da região amazônica, atribuindo nomes de animais emblemáticos aos acidentes físicos locais. Exemplos incluem o rio *Urumajó*, *igarapé do Porco*, *igarapé de Onça*, rio *Tracuateua* e rio *Piriá*. Nesses casos, muitos animais têm uma dupla função simbólica e utilitária. O porco, por exemplo, é amplamente utilizado como alimento, servindo como recurso de subsistência para as populações ribeirinhas. Da mesma forma, o peixe "pirá", presente no nome do rio *Piriá*, faz referência à abundância de pescado, um dos principais itens da dieta local, reforçando a relação entre o homem e a natureza.

Entretanto, alguns animais também carregam simbolismo mitológico. A onça, evocada no *igarapé de Onça*, possui um papel significativo nas cosmologias indígenas, sendo vista como uma figura de poder, força e proteção. Na mitologia tupi, a onça é muitas vezes associada a espíritos de guerreiros ou seres sobrenaturais. Além disso, o topônimo *Tracuateua*, que deriva do Tupi *taracurá* (referente a uma espécie de formiga amazônica) e *tyua* (abundância), revela o papel importante da fauna na caracterização do ambiente. A formiga *taracurá*, embora de pequeno porte, destaca-se por seu comportamento agressivo e sua elevada quantidade, características que encontram paralelos nas mitologias indígenas, em que insetos como ela são frequentemente representados como mensageiros ou símbolos de resistência.

Ao observar a toponímia de Bragança/Pará, nota-se que a fauna não apenas reflete aspectos práticos ligados à alimentação e à subsistência, como também desempenha um papel simbólico, agregando valores mitológicos e culturais aos nomes dos acidentes físicos.

Por sua vez, a terceira taxa com maior índice de registro na toponímia em análise: os *litotopônimos*. Tendo em vista que o processo de nomeação de um lugar não acontece de maneira aleatória, a presença de *litotopônimos* nos dados deste estudo demonstra a importância do ambiente geográfico, especificamente de componentes físico-naturais como relevo, rochas e solo, tanto para o nomeador quanto para o espaço

nomeado. Para Dick (1990), os topônimos de índole mineral são atribuídos em decorrência da natureza constitutiva do espaço nomeado. A região imediata de Bragança/Pará é historicamente conhecida pela prática de garimpo, embora sua intensidade tenha diminuído em comparação com o auge das atividades no século XIX. Na atualidade a extração mineral está mais ligada à areia, ao barro e a pedras comuns, com ínfima presença de pedras preciosas, o que é confirmado por litotopônimos como rio *das Pedras* e igarapé *de Areia*. A extração de areia é significativa, com áreas destinadas ao transporte do material para outras regiões, principalmente para a construção civil. Areia e barro têm outro papel econômico, pois Bragança também conta com olarias e fábricas de telhas que aproveitam esses materiais na produção local, agregando valor à economia da região. A presença desses recursos reforça a conexão com a terra e os elementos minerais.

Atualmente, a extração de areia e barro em Bragança não se restringe apenas ao atendimento das demandas locais. Esses materiais também desempenham um papel importante em outras regiões, sendo transportados para suprir necessidades da construção civil e da indústria em áreas além dos limites do município. “Litotopônimos mais comuns, que envolvem elementos como *barro, lama, terra* ou *pedra*, por exemplo, aparecem na nomenclatura geográfica brasileira em proporções significativas, principalmente o último deles” (Dick, 1990, p. 138).

Em síntese, a análise do *corpus* como um todo põe em evidência a influência da realidade extralinguística na nomeação de acidentes físicos da região imediata de Bragança/Pará. Além das três taxes mais frequentes antes mencionadas, outras 10 integram os dados deste estudo, sendo quatro de natureza física e seis de natureza antropocultural: *dimensiotopônimo* (7,84%); *cardinotopônimo* (5,89%); *ergotopônimo* (5,89%); *geomorfotopônimo* (3,92%); *antropotopônimo* (3,92%); *hagiotopônimo* (3,92%); *hidrotopônimo* (11,76%); *corotopônimo* (1,96%); *poliotopônimo* (1,96%); *somatotopônimo* (1,96%). A presença de *hagiotopônimos* como em balneário *São Luís* e igarapé *Santo Antônio*, respectivamente, nos municípios Bragança e Viseu apontam para raízes

religiosas características da população desses territórios, manifestadas em forma de festividades cristãs, como a Marujada – Procissão de São Benedito, que com mais de 200 anos de tradição (Bersa, 2023) reúne centenas de fiéis anualmente para uma comemoração que envolve dança, cores, confraternização e alegria.

Desde a antiguidade, ao adentrar um território desconhecido, o homem sente a necessidade de nomear aspectos da nova realidade descoberta. A motivação atrelada à escolha do nome reflete perspectivas, sentimentos e principalmente características do espaço geográfico. As cores povoam o imaginário popular de diferentes formas, principalmente no momento da nomeação, por provocarem estímulos e transmitirem diferentes sensações. Topônimos como rio *Vermelho* e rio *Branco* integram o *corpus* desta pesquisa e foram motivados pelo aspecto da água. A variação de cores se explica pela composição, densidade e temperatura. Rio *Vermelho*, por exemplo, tem água de cor avermelhada que caracteriza a água barrenta principalmente em períodos de chuva.

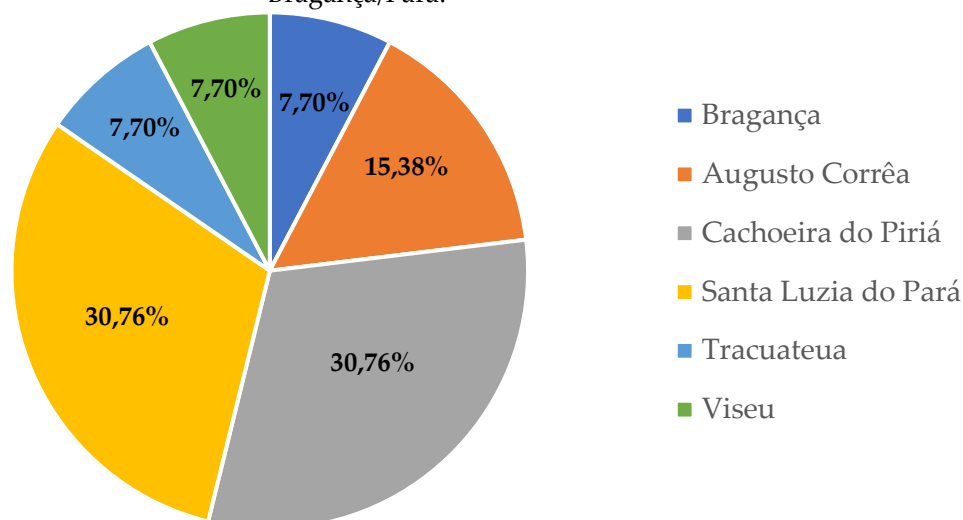
Os dados da toponímia paraense aqui analisados apontam, também, para a influência da língua Tupi no léxico do português brasileiro, no caso, na toponímia dos acidentes físicos da região imediata de Bragança/Pará. Dos cinquenta e um topônimos em estudo, treze são de base tupi, o que corresponde a 25,50% dos dados toponímicos. As taxes identificadas retomam informações acerca dos aspectos físicos, ambientais e culturais das localidades investigadas.

Pelo exposto, entende-se que o povoamento do Pará deixou marcas na cultura, na toponímia, na arquitetura e na identidade do estado. Entre os povos que habitaram a região de Bragança, destacam-se os índios Tupinambás, falantes da língua Tupinambá. No período da colonização, em razão do processo de catequização conduzido pelos padres jesuítas ao longo do litoral brasileiro, na região de Bragança, foi necessário estabelecer uma língua de comunicação entre colonos e indígenas: a Língua Geral Amazônica (LGA). “A LGA foi amplamente usada, na região bragantina, à época da colonização europeia, como principal instrumento de comunicação por

todos que habitavam nessa área” (Araújo, 2019, p. 20). Esse excerto reflete a importância da LGA não apenas como ferramenta prática, mas também como um meio de construção de uma identidade cultural amazônica. Com o tempo, a LGA passou a ser utilizada no Norte do Brasil, período em que ficou conhecida como Nheengatu, isto é, "língua boa (de nhéé "língua" e katu "bom", com a sonorização do /k/ por sândi) ” (Câmara Júnior, 1965, p. 105).

O gráfico a seguir informa a distribuição percentual dos topônimos de origem indígena nos municípios que constituem a região imediata de Bragança/Pará.

Gráfico 1- Frequência de topônimos de base indígena por município da região imediata de Bragança/Pará.



Fonte: elaboração das autoras.

Os dados do gráfico 1 revelam que os municípios de Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá reúnem maior índice de topônimos de base tupi, somando aproximadamente 61,52% das denominações, o que se justifica pela presença da comunidade indígena Tembé-Tenetehara no município de Santa Luzia do Pará a 49 km de Cachoeira do Piriá. São exemplos de topônimos de base tupi nos dados toponímicos aqui analisados: rio *Caeté*; igarapé *Açu*; rio *Gurupi*; igarapé *Capoeira*; igarapé *Piquiá*; rio *Piriá*; rio *Peritoró*, entre outros. Nesse contexto, Dick (1992) explica que:

[...] o sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como uma fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas (Dick, 1992, p. 39).

Em síntese, os topônimos evidenciam, sobretudo, a influência linguística de povos que habitam ou habitaram o espaço geográfico em foco e de particularidades ambientais na toponímia da região.

7 Considerações finais

Este estudo deu mostras da força simbólica do léxico toponímico, capaz de recuperar informações acerca da relação entre o homem e o meio, dada a influência de particularidades ambientais, como a fauna, a flora e demais riquezas naturais nos costumes dos habitantes da região selecionada para estudo, o que se confirma na nomeação dos acidentes físicos das áreas rurais, como rio *Urumajó*; cachoeira *Cicantã*; lago do *Caraná*; rio *Tracuateua*; cachoeira *Itapeva*; cachoeira *Maguari*; igarapé *Piquiá*; igarapé *Tauari*, entre outros.

A configuração ambiental regional explica a predominância, nos dados toponímicos analisados, de taxes de natureza física, exemplificadas pelos topônimos rio *das Pedras*, rio *Sujo* e rio *do Meio*. Além disso, nota-se uma tendência em atribuir nomes de caráter vegetal, como evidenciado pelos topônimos rio *Jenipau-mirim*, igarapé *Tauari* e cachoeira *Cicantã*. Ademais, os dados indicam a prática de nomear espaços geográficos com referências a animais, como observado em igarapé *de Onça*, cachoeira *Maguari* e rio *Piriá*. Também se destaca a valorização de recursos minerais

na toponímia, conforme demonstrado em igarapé *de Areia*, igarapé *da Prata* e cachoeira *Itapeva*.

Em se tratando de base linguística, os topônimos examinados no âmbito deste artigo, em sua maioria, são formados por unidades lexicais da língua portuguesa, o que corrobora a tendência já assinalada por Dick (1990) em relação à toponímia brasileira. Contudo, um dado relevante é o percentual expressivo de topônimos de base tupi, que representam 25,50% do *corpus* analisado. Esse dado evidencia não apenas o processo de formação histórica e cultural do povo brasileiro, mas também a influência significativa da língua indígena na nomeação dos acidentes físicos da região imediata de Bragança. Além disso, deve-se ressaltar que os estudos toponímicos não se limitam à identificação da origem e significado das palavras, como também revelam características locais, perspectivas históricas, pensamentos, sentimentos e experiências tanto de grupos humanos originários quanto de novos habitantes.

No contexto da toponímia paraense discutida neste artigo, observou-se a ausência de diversas categorias previstas no modelo proposto por Dick (1990; 1992). O que pode se justificar pela natureza da área investigada. A continuidade da pesquisa com dados dos demais municípios fornecerá o panorama geral da Região imediata de Bragança/Pará, no que diz respeito, por exemplo, à motivação toponímica.

Em síntese, os resultados do estudo apontam para particularidades históricas, linguísticas e ambientais da região que interferiram no ato de nomeação da amostra de acidentes físicos analisados, evocando valores extralinguísticos representativos da região que abriga os topônimos. Espera-se que os achados deste trabalho contribuam tanto para pesquisas relacionadas à toponímia quanto para o conhecimento histórico e geográfico do estado do Pará, especialmente da região imediata de Bragança. O aprofundamento da pesquisa poderá reafirmar os resultados aqui apresentados ou revelar novos dados que possibilitem outras abordagens de análise.

Referências

ABREU, R. L. **Map Locator of Pará's Bragança city**, 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Para_Municip_Braganca.svg. Acesso em: 12 jan. 2025.

AULETE, C. **Dicionário Aulete Digital**. Lexikon Editora Digital, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ARAÚJO, M. J. **Toponímia de origem Tupinambá do município de Bragança/Pará: alguns resultados**. 2019. 316 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes Próprios de Pessoa: introdução à antroponímia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020.

BARBOSA, Pe. A. L. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abarbosa-1951-pequeno/barbosa_1951_tupi-portugues.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

BERSA, A. **A Festividade de São Benedito em Bragança e a Tradição da Marujada**. Bragança/Pará, 2023. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/edopara/noticia/a-festividade-de-sao-benedito-em-braganca-e-a-tradicao-da-marujada.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil/ Museu Nacional, 1965.

CARVALHO, M. R. de. **Dicionário Tupi (antigo) - Português**. Salvador: empresa gráfica da Bahia, 1987.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux: Origine et évolution – villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, Lieux-dits**. 5^a édition. Paris: Librairie Delagrave, [1926] 1963. Disponível em:

<https://archive.org/details/lesnomsdeliexor0000dauz/page/n5/mode/2up?ref=ol&view=theater>. Acesso em: 19 jan. 2025.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: Coletânea de Estudos. 3. ed. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1992.

DICK, M. V. P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Linguística**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/16907/9631>. Acesso em: 12 jan. 2025.

DICK, M. V. P. A. Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: Atlas Toponímico do estado de São Paulo. **Investigações**. Linguística e Teoria Literária, Recife/UFPE, v. 9, ano XII, p. 119-148, 1999.

DICK, M. V. P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. II. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2004, p. 121-130.

FREIRE, J. R. B. **Rio babel**: a história das línguas na Amazônia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

HAJDÚ, M. The History of Onomastics. In: ISTVÁN, N. (org.). **Onomastica Uralica**, Debrecen–Helsinki, v. 2. p. 7-45, 2002. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://mnytud.arts.unideb.hu/nevtan/tagozat/06hajdu.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Município de Augusto Corrêa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/augusto-correa/historico>. Acesso em: 05 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Coleção de Mapas Municipais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/PA/braganca/1501709_MM.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ISQUERDO, A. N. Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica. **Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes** (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 5: Lexicologie, phraséologie, lexicographie. Nancy – France: ATILF, 2016, p. 315-318. Disponível em: <https://http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/secion-5.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ISQUERDO, A. N. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. **Cahiers de Lexicologie**. Dynamique de la recherche en lexicologie; lexicographie et terminologie au Brésil. Paris: Classique Garnier, n. 101, 2012a, p. 15-35.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. *In*: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. C. de (org.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. V. 6. Campo Grande: Editora UFMS, 2012b, p. 115-139.

ISQUERDO, A. N. A Toponímia como área de pesquisa no Brasil: um panorama. Mesa-redonda: **A Pesquisa Toponímica no Brasil: estudos contemporâneos**, promovida pela Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, no dia 23 de julho, de 2020. Disponível em: [\(4255\) A Pesquisa Toponímica no Brasil: Estudos Contemporâneos - YouTube](#). Acesso em: 14 jan. 2025.

ISQUERDO, A. N. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras – Revista de História**, Campo Grande/MS, v. 1, n. 2, p. 27-46, jul./dez., 1997. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/12920>. Acesso em: 09 jan. 2025.

ISQUERDO, A. N. O nome do município. um estudo etno-linguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Prolíngua**, João Pessoa/PB, v. 2, n. 2 p. 34-52, jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13403>. Acesso em: 09 jan. 2025.

KADMON, N. (ed.) **Glossário de termos para a padronização de nomes geográficos** (versão concisa em português). S/d. Versão em PDF.

LONGNON, A. **Noms de lieu de la France**. Leur origine, leur signification, leurs transformations. France: E. Champion, 1920.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1955.

RIBEIRO, W. O. Cidade de porte médio de importância histórica: particularidades de Bragança no Nordeste do Pará. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte/MG, v. 28, n. 52, p. 1-24, 2018.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SAPIR, E. **A Linguagem**: introdução ao estudo da Fala. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971, p. 205-216.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. *In*: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Editora da Universidade Federal de Uberlândia- EDUFU, Uberlândia/MG, v. 1, p. 1953-1960, 2006. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

SOUSA, G. F.; ANTUNES, P. R. Etnolinguística: uma breve incursão. **Ágora- a revista científica da FASAR**, Conselheiro Lafaiete/MG, v. 1. n. 1, p. 1-10, julho, 2017.

STRADELLI, E. **Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú-portuguez**. Revisão de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

TAVARES, M.; ISQUERDO, A. N. Subsídios para um dicionário de topônimos: o registro da motivação na construção dos verbetes. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 66, p. 01-28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e15571>. Acesso em: 05 jan. 2025.

VASCONCELOS, J. L. **Opúsculos**. Onomatologia. v. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Artigo recebido em: 02.02.2024

Artigo aprovado em: 21.01.2025